

EDUCAÇÃO E CLASSES SOCIAIS NO MANIFESTO DE 32: PERGUNTAS SEM RESPOSTAS ¹

Luiz Antônio Cunha

Desde a primeira leitura que fiz do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, vêm-me à mente perguntas instigantes para as quais continuo sem respostas. Este texto traz um balanço desse questionamento.

Há mais de uma década já havia apresentado minha inconformidade a respeito da autoria e das fontes de inspiração do Manifesto, de 1932, sempre apresentado como tendo Fernando de Azevedo como seu redator. Em A Universidade Temporã deixei em nota de rodapé a seguinte observação:

"Ao longo de suas obras, Fernando de Azevedo se apresenta, repetidamente, como o redator do manifesto, apesar da presença nele de temas e posições não expressas por esse autor, nem antes nem depois. Por isso, sou levado a crer na produção coletiva do texto ou, então, na inclusão pelo próprio Fernando de Azevedo, de passagens não defendidas por si, mas pelos liberais igualitaristas com os quais se aliava contra a corrente autoritária. E' sintomático que O Estado de São Paulo de 22 de março de 1932 dissesse (em "Notas e informações") que não concordava com *todas* as afirmativas do manifesto nem concordava com *todos* os pontos de vista defendidos por ele, apesar de endossar as teses gerais da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação." (Cunha, 1980:274)

Convém, agora, precisar um pouco mais.

Na época do Manifesto, os protagonistas do campo educacional se agrupavam numa formação autoritária, que reunia os católicos, os fascistas e os simplesmente defensores da ordem estabelecida; noutra formação, estavam os liberais, que lutavam por uma "educação nova". Estes últimos se dividiam, por sua vez, numa tendência elitista e noutra igualitarista. A estes se aliavam raros educadores socialistas, entre "utópicos" e "científicos".

Inspirado em grande parte em John Dewey, o liberalismo igualitarista, no campo educacional, apontava a tendência "espontânea" da sociedade capitalista na perpetuação das iniquidades, dos privilégios e das injustiças, que utiliza a educação escolar justamente para reforçar o *status quo*.

¹ Exposição feita na "Semana Fernando de Azevedo", promovida pela Faculdade de Educação e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, 12 a 15 de abril de 1994.

Para combater essas iniquidades, propunha-se uma *pedagogia da escola nova*, materializada na escola como microcosmo da sociedade, capaz de produzir indivíduos orientados para a democracia, e não para a dominação/subordinação; para a cooperação, em vez da competição; para a igualdade, e não para a diferença. Essa seria a estratégia da *reconstrução social pela escola*.

Já o liberalismo elitista não punha em causa os males sociais como resultado do capitalismo. Eles seriam produto da falta de direção adequada dos negócios públicos e privados, resultado, por sua vez, da inexistência de elites preparadas. O papel que se esperava da "escola nova" era justamente o de recrutar, selecionar e preparar as elites para as mais diversas esferas de atuação social. Não se tratava de reproduzir as elites existentes de forma geracional, mas, sim, de buscar em todas as camadas sociais os indivíduos mais talentosos para receberem uma formação especial. Assim, a educação das massas seria o complemento da educação das elites. Ou seja: educação das massas para que delas saiam elites preparadas e educação das elites para que eduquem as massas.

Ao contrário de outros (como Penna, 1987) considero que a obra de Fernando de Azevedo revela um pensamento consistente, presidido pelo liberalismo elitista, já revelado no notável *inquérito* de 1926, que teve seu ponto alto na análise do ensino secundário e do ensino superior, e nas propostas para sua reforma. Formadas na "cultura livre e desinteressada", as elites "as verdadeiras forças criadoras da civilização", teriam existido, no Brasil, no período do império, mas já não existiriam nas primeiras décadas da República. Impunha-se, portanto, uma reforma educacional que as produzisse, o que era tido como adequado à democracia:

"Antes de tudo, num regime democrático, é francamente acessível e aberta a classe das elites, que se renova e se recruta em todas as camadas sociais. À medida que a educação for estendendo a sua influência despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir 'o grande homem, o cidadão útil', que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade." (Azevedo, 1960a:269)

Em *Novos caminhos e novos fins* (1931), Fernando de Azevedo expõe num discurso triunfante seu trabalho à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1927/30), especialmente da reforma aí implementada. No capítulo "Sociologia e educação", ele apresenta uma idéia sobre o papel da escola na formação das elites, que difere bastante daquela do Manifesto, pois destaca seu papel na recuperação e na conservação da classe média, isto é, da burguesia. Nas suas palavras:

"O estado social que (...) se preparou, sem a educação das massas populares e sem a formação de verdadeiras elites diretoras, não compreendeu mais do que classes sociais distintas, ricos e pobres, separando-os; o elemento ponderante, ou de equilíbrio, desapareceu, tornando o choque difícil e evitar. Para manter o estado atual, seria preciso reerguer as classes médias [burguesia, LAC] de sua decadência. Em lugar de 'reformas negativas que degradam as classes superiores e

esmagam as classes trabalhadoras', seriam necessárias reformas positivas, educacionais e econômicas, suscetíveis de preparar as elites dirigentes, de conservar às classes médias as suas forças próprias e de lhes inocular constantemente, como elemento renovador, forças novas tiradas das classes operárias." (Azevedo, 1931:121)

Em 1935/36, no auge de um intenso processo de radicalização política, Fernando de Azevedo adicionou um novo elemento à função da universidade na formação das elites: o de servir de antídoto contra o extremismo ideológico. Ao tratar dos problemas brasileiros com inteira objetividade, ficaria afastada a tentação de alinhamento da juventude à Aliança Nacional Libertadora ou à Ação Integralista Brasileira. (Azevedo, 1946)

Apesar da declaração de fé anterior, seu entusiasmo para com a orientação liberal-democrática da reforma educacional sofreu uma inflexão durante o Estado Novo. Em A cultura brasileira, escrita mediante encomenda governamental, para servir de introdução ao censo de 1940, Fernando de Azevedo faz surpreendentes elogios à Constituição outorgada de 1937, que teria "acentuado as tendências democráticas" da carta de 1934, e à obra educacional do regime autoritário, que não escondia suas inspirações fascistas. (cf Azevedo, 1964:685)

Em apoio a esse pensamento assim elitista, ele evoca sempre, implícita ou explicitamente, Durkheim, Pareto e Ortega y Gasset.

Em Durkheim ele buscou a concepção de que a educação tem dupla função social: homogeneizar os indivíduos pela sua formação segundo estados físicos, intelectuais e morais comuns a todos; e diferenciá-los conforme suas aptidões e destinação ocupacional. Elaborando a seu modo essa concepção, ele via na escola primária e na secundária o lugar da homogeneização, ficando a diferenciação com a escola profissional e a superior.

Em Pareto, ele se inspirou na idéia da "circulação das elites", um processo natural, que consistiria na ascensão dos indivíduos bem dotados das classes inferiores e o descenso dos mal dotados, que deixariam livres seus lugares nas classe superiores. Para Fernando de Azevedo, dessa circulação normal das elites dependeria a estabilidade e o equilíbrio do regime democrático.

Em Ortega y Gasset ele tomou emprestado o desprezo pelas massas incultas, que "invadiram a civilização" e sustentaram as ditaduras de direita e de esquerda, destruindo a democracia liberal e transformando a universidade, de cultivadora do saber livre e desinteressado, em difusora da "ciência oficial".

*

Passemos, agora a tratar do Manifesto, começando com a questão de sua produção.

Em dezembro de 1931 foi realizada, no Rio de Janeiro, a IV Conferência Nacional de Educação, da Associação Brasileira de Educação, entidade que lutava pela autonomização do campo educacional. Um ano antes, havia sido criado o Ministério da Educação e Saúde, o primeiro resultado da Revolução de 30 no campo educacional, que se desdobrou em importantes medidas de reforma da legislação do ensino. Nos meses de abril e junho de 1931 foram baixados decretos alterando significativamente o ensino secundário, o ensino superior, o ensino comercial, criando o Conselho Nacional de Educação e incluindo o ensino religioso no currículo das escolas públicas primárias, secundárias e normais.

Os educadores congregados na ABE estavam divididos no que dizia respeito à questão do ensino religioso nas escolas públicas. Grosso modo, os católicos e os autoritários e os simplesmente conservadores receberam com entusiasmo o decreto presidencial, enquanto que os liberais (elitistas e igualitaristas) o repudiavam. No entanto, esse conflito permaneceu latente até que próprio Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, em discurso na abertura da conferência, conclamou os educadores presentes a definirem as bases para uma política educacional para o Brasil. Não é descabido supor que esse apelo tivesse o propósito de explicitar e aprofundar a divisão dos educadores, questão que o ministro da educação Francisco Campos conhecia bem como diretor de instrução pública de Minas Gerais na presidência de Antônio Carlos de Andrada. Senão, como entender tal apelo quando haviam sido baixados decretos tão amplos e articulados? De um modo ou de outro, sucessivos oradores passaram a defender posições pró e contra a laicidade do ensino público, evidenciando a impossibilidade de a ABE elaborar as bases solicitadas por Vargas, devido à falta de consenso. A conferência só não terminou num fracasso total, devido à aceitação entusiástica do projeto de padronização das estatísticas educacionais em todos os níveis governamentais, apresentado por Teixeira de Freitas, alto dirigente do Ministério da Educação.

Mas, as vicissitudes do debate fizeram com que a proposta de bases e diretrizes acabasse sendo divulgada na forma de um manifesto, em março de 1932, antes mesmo da V Conferência Nacional de Educação.

Na História de minha vida (1971), Fernando de Azevedo não tem palavra alguma sobre o Manifesto. Ele passa do relato de sua administração no DF para o de posto análogo no Estado de São Paulo (1933), em seguida ao Movimento Constitucionalista. Foi neste posto que atuou como um dos fundadores da Escola de Sociologia e Política (1933) e da Universidade de São Paulo (1934).

Em sua obra máxima, A cultura brasileira, ele diz que o Manifesto nasceu da divisão dos educadores presentes à IV Conferência Nacional de Educação:

"Dessa situação de perplexidades e hesitações, como de suspeitas e divergências, é que nasceu, num dos grupos em que se dividiu a assembléia, a idéia de confiar ao autor desta obra a incumbência de, como reformador e intérprete da nova corrente de pensamento pedagógico, 'consustanciar num manifesto os novos ideais e fixar dessa maneira o sentido fundamental da

política brasileira de educação'. Essa resolução da corrente ideológica, cujos princípios e aspirações Nóbrega da Cunha e Frota Pessoa, entre outros, defenderam com ardor e precisão, foi comunicada ao reformador [sic] do ensino no Distrito Federal, que então se achava em São Paulo e aceitou a missão em que o investiram e a tarefa que lhe reservaram os partidários, naquela assembléia, de uma nova política de educação no Brasil." (Azevedo, 1964:666)

Na correspondência de Fernando de Azevedo publicada no livro de Maria Luiza Penna (1987), há informações muito interessantes a esse respeito. Em carta a Frota Pessoa, de 19/12/31, ele diz que "o 'manifesto', que já está pensado e repensado e que redigirei de janeiro para fevereiro, será uma consequência da atitude assumida pelos elementos filiados à nova educação (...)". E continua: "depois que lhe tiver dado a minha redação, iriei ao Rio para submetê-lo à apreciação de nosso grupo. Quero ouvi-lo, então. Havemos de debatê-lo e discutí-lo, para lhe dar a redação definitiva." Em carta de 14/3/32 ao mesmo destinatário (depois, portanto, da referida reunião), Fernando de Azevedo diz a respeito do esforço despendido com o manifesto: "Primeiro, o trabalho de meditá-lo, pensá-lo e repensá-lo; depois, o de redigí-lo, e afinal, o de ler aos companheiros para lhes submeter a aprovação." Depois de agradecer os cuidados de Frota Pessoa para com sua saúde abalada, encarregando-se de ler duas vezes o texto aos presentes à reunião na Escola Politécnica, ele disse que, com isso, só teve de fazer uma leitura. Anísio Teixeira teria se encarregado de multiplicar a cópia que Fernando de Azevedo lhe teria deixado. Lamentavelmente, nada foi dito quanto a eventuais emendas apresentadas pelos presentes. Ao fim da carta, ele faz uma proclamação que ainda não permite qualquer conclusão a respeito da autoria do Manifesto: "Esqueçamo-nos de quem o escreveu. A um de nós devia caber redigí-lo. Coube a mim esse trabalho, de que eu gostaria me tivessem dispensado. As idéias, porém, são comuns, são de todos nós, que o assinamos. Eu tive o cuidado, como viu, de reunir em sistema essas idéias e de *fazer refletir nele os ideais e as aspirações comuns.*"²

Nóbrega da Cunha, por sua vez, disse ter recebido do presidente da IV Conferência, Fernando de Magalhães, reitor da Univesidade do Rio de Janeiro, o encargo de redigir um texto contendo um esboço das bases de uma política educacional para o Brasil, a ser debatido na conferência seguinte, em 1932. Aquele teria transferido a tarefa a Fernando de Azevedo, em nome da corrente de opinião que defendia a laicidade do ensino público.³ (Nóbrega da Cunha, 1932:44ss)

² Lamento que Maria Luiza Penna não tivesse se interessado por esse ponto em seu livro, onde ora afirma que Fernando de Azevedo foi o "relator e principal redator" do Manifesto (p. XXX), ora diz que o texto foi "redigido por ele" (p. 14). De um modo ou de outro, a autora está tão certa de que o Manifesto foi obra exclusivamente sua, que, citando certos trechos, julga "curiosa" a identidade de opinião do "sociólogo-educador" com o pensamento de Antonio Gramsci, no que concerne ao trabalho como princípio educativo. No entanto, estou seguro de que com o precioso material que lhe serviu de subsídio, a autora poderia jogar mais luz sobre essa questão.

³ Trata-se de uma delegação surpreendente, pois Nóbrega da Cunha destaca, nesse livro, os discursos de Fernando de Magalhães defendendo ardorosamente o ensino religioso nas escolas públicas, posição sabidamente oposta à sua e à de Fernando de Azevedo.

Sobre a presença de concepções no Manifesto não encontradas na obra de Fernando de Azevedo, não fui justo, no texto referido, de 1980, ao atribuir as idéias mais conspícuas aos liberais igualitaristas, já que elas fazem parte da tradição socialista, em sua versão marxista. A primeira idéia que me ocorreu foi a participação de Paschoal Lemme na redação do texto, influeciando-o, pois, se ele não era um marxista assumido, à época, pelo menos já tinha simpatias e contatos próximos, inclusive familiares, com comunistas. Mas, em um texto sobre o Manifesto, Paschoal Leme apenas diz que Fernando de Azevedo foi o *redator principal* do texto. (Lemme, 1984:150) Em suas memórias, ele escreve tanto que foi *realmente* Fernando de Azevedo quem havia redigido o Manifesto, cabendo a si tão somente o modesto papel de colher algumas assinaturas, quanto que aquele teria sido o *principal* redator do texto em questão. (Lemme, 1988, vol 2, p. 103 e 113) A primeira posição foi confirmada em entrevista a mim concedida em meados da década de 80.

Nas cartas publicadas em anexo ao livro de Maria Luiza Penna (1987), Fernando de Azevedo deixa entrever qual era seu grupo de referência no Rio de Janeiro: Francisco Venâncio Filho, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Cecília Meirelles, Frota Pessoa e Nóbrega da Cunha. É interessante notar como ele emprega, seletivamente, termos de sabido interesse do destinatário. Nas cartas a Venâncio Filho, por exemplo, ele usa expressões vagas como "nossos ideais de educação". Mas, a Paschoal Lemme, numa posição "queremista", lamenta que o fim do Estado Novo estaria levando o país à regressão política, no sentido de "uma democracia burguesa e liberal", e apresenta a crença de que o Manifesto "ainda exprimirá um plano de reformas, em bases democráticas e socialistas". Talvez tenha sido essa pletora de concepções, sempre disposta a entrar em sintonia com o interlocutor, que levou Antonio Candido de Mello e Souza a dizer, em entrevista a Maria Luiza Penna (1987:54): "Se não aceitarmos a contradição não entenderemos Fernando de Azevedo. Todo ele é contraditório."

Passemos, então, ao conteúdo do Manifesto.

Num texto cheio de idéias contraditórias, a educação vem definida segundo as concepções funcionalistas dos durkheimianos Georges Davy e Celestin Bouglé, e ao mesmo tempo, conforme a tradição socialista na versão marxista. É esta última que aponta o efeito da diferenciação das classes sociais nas concepções educacionais e a existência de uma filosofia (pre)dominante, resultante da estrutura de classes:

"Toda educação varia sempre em função de uma 'concepção de vida', refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. É evidente que diferentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade dada terão respectivamente opiniões diferentes sobre a 'concepção do mundo' que convém fazer adotar ao educando e sobre o que é necessário considerar como 'qualidade socialmente útil'." ("Manifesto", p. 410)

No Brasil, a filosofia (pre)dominante corresponderia aos interesses da burguesia:

"A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultado da doutrina do individualismo libertário, que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teria quebrado os quadros rígidos da vida social." ("Manifesto", p. 411)

Ao invés de um sistema educacional, haveria, no Brasil, dois sistemas paralelos, voltados para a estratificação social, idéia que, aliás, já teria sido expressa por autor não referido:⁴

"(...) o divórcio entre as entidades que mantêm o *ensino primário e profissional* e as que mantêm o *ensino secundário e superior*, vai concorrendo insensivelmente, *como já observou um dos signatários deste manifesto*, 'para que se estabeleçam no Brasil dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isto mesmo, instrumentos de estratificação social'." ("Manifesto", p. 417, grifos meus)

Já em outra passagem,

"(...) montada na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia à classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3º grau não forma apenas o *reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares*. É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização." ("Manifesto", p. 419, grifos meus)

Lamentando que a escola tradicional levantasse obstáculos à "interpenetração das classes sociais", o Manifesto faz uma surpreendente guinada. Abandona o *diagnóstico socialista* e adota a *proposta elitista* tão cara ao pensamento conservador: formação das elites pela escola nova, como se a estrutura de classes pudesse ser simplesmente descartada pela ação dos reformadores educacionais, tudo no interesse do indivíduo, idéia essa já criticada pelo Manifesto no tocante à "concepção burguesa da escola tradicional". Atentemos para a passagem seguinte:

"A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola ao meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação." ("Manifesto", p. 411)

E mais:

⁴ A propósito, o Manifesto está cheio de passagens entre aspas, sugerindo terem sido citações de autores que, no entanto, não têm o nome referido. Há casos em que os autores vêm mencionados, mas jamais suas obras, o que dificulta sobremaneira a identificação das fontes do(s) autor(es) do Manifesto.

"A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com um feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar 'a hierarquia democrática' pela 'hierarquia das capacidades', recrutada em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objetivo, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de 'dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento', de acordo com uma certa concepção do mundo." ("Manifesto", p. 411)

Surpreendentemente, o Manifesto identifica (ou justapõe ?) a escola nova à "escola socializada", uma concepção nascida nas "usinas" (fábricas, traduzindo o galicismo).

"A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses das classes." ("Manifesto", p. 411)

Caberia ao Estado a organização dos meios para efetivar o "direito biológico" de cada indivíduo à sua educação integral, mediante a adoção de um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que tornasse a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica, com o fim de obter o máximo de desenvolvimento, de acordo com suas aptidões. Daí se chega ao princípio da escola única, também chamada de unificada e de unitária.⁵ O texto reconhece que esse princípio sofre restrições das circunstâncias sociais. Mas, (numa indiferente alusão à União Soviética) isso não ocorreria "em países em que as reformas pedagógicas estão inteiramente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais".

No regime político vigente no Brasil, haveria circunstâncias negativas adicionais para a efetivação do princípio da escola única. O Estado não teria condições de impedir que as classes mais privilegiadas assegurassem a seus filhos uma educação de classe determinada, nas escolas privadas. Mas, dentro do sistema escolar do Estado, esse tipo de privilégio não teria cabimento. Não bastasse o fato de o Estado não dispor de recursos financeiros para assumir o monopólio do ensino, ele se encontraria obrigado a incentivar as instituições privadas idôneas. Assim, no Brasil, o princípio da escola única ficaria reduzido à escola oficial comum a todas as crianças e jovens, de 7 a 15 anos, que fossem confiados pelos pais à escola pública.

No plano de reconstrução educacional defendido pelo Manifesto, a escola secundária seria o "ponto nevrálgico da questão" do fim dos dois sistemas escolares paralelos, organizados em função das classes sociais. Retomando a inspiração socialista, defendia que a escola secundária

⁵ Decorrem do princípio da escola única os princípios da gratuidade, da obrigatoriedade e da laicidade, a meu ver, os pontos mais fortes do Manifesto. Deixo de comentá-los por não estarem no meu foco de interesse.

deveria ser unificada para se evitar o divórcio entre os *trabalhadores manuais e intelectuais*, o que seria conseguido mediante mudanças curriculares: ela teria os primeiros três anos voltados para fornecer uma sólida base comum de cultura geral, para posterior bifurcação. Um ramo teria preponderância na formação intelectual e outro, na preparação profissional.

Voltando à tradição conservadora, o plano de reconstrução educacional se justificaria pelo problema da formação das elites. Não haveria sociedade alguma que pudesse prescindir desse "órgão especial". As sociedades seriam tanto mais perfeitas quanto mais "pesquisada e selecionada" fosse a sua elite:

"Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa." ("Manifesto", p. 421)

No novo sistema educacional unificado, a universidade teria um lugar especial, que influenciaria a sociedade por inteiro, pela via da formação das elites, inclusive dos professores:

"Essa seleção que se deve processar não 'por diferenciação econômica', mas 'pela diferenciação de todas as capacidades', favorecida pela educação, mediante a ação biológica e funcional, não pode, não diremos completar-se, mas nem sequer realizar-se senão pela obra universitária que, elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dá bastante força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar, dessa forma, a consciência social." ("Manifesto", p. 421)

De fato, o Manifesto está repleto de trechos onde a idéia é a da educação como alavanca para mudar o mundo, que corresponde bem a uma esperança religiosa ou iluminista, mas está bem distante da utopia socialista, a que correspondem as passagens que destaquei. Os trechos focalizados acima mostram-se incongruentes com os textos publicados por Fernando de Azevedo com o seu nome, mesmo se levamos em conta suas oscilações político-ideológicas. Daí minha suposição de que o Manifesto teve mais de um autor, portadores de concepções diferentes sobre a educação e a sociedade. Se não houve co-autores ativos, que tivessem emendado o texto original, talvez houvessem co-autores passivos, na medida em que influenciaram o redator, que se viu motivado a incorporar idéias que não eram bem as suas, mas, sim, de possíveis signatários socialistas, quiçá marxistas.

*

Quarenta e um anos depois de divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no Rio de Janeiro, foi publicado em Paris, o livro de Christian Baudelot e Roger Establet, L'école capitaliste en France (1972), que continha, mais do que um estudo voltado para esse país, uma teoria da educação escolar na sociedade capitalista.

Nesse livro, os autores criticam a imagem da escola única/unificadora. Dizem que ela não é única, mas, sim, dividida em duas redes, apesar das aparências; e que não é unificadora, mas, sim, reprodutora das classes sociais. A escola capitalista conteria, necessariamente, duas redes de escolarização: a rede primário-profissional, destinada à formação dos trabalhadores manuais, e a rede secundário-superior, destinada aos trabalhadores intelectuais.

Como vemos, os termos que designam as duas redes são os mesmos, no Manifesto de 32, no Rio de Janeiro, e no livro de Baudelot e Establet, em Paris, quatro décadas após. Resisto a aceitar que isso resultou de uma mera coincidência.

A hipótese de trabalho que guia meu questionamento é a da existência de referências comuns aos dois textos, possivelmente de autores socialistas (na versão marxista) franceses da década de 20. Essa hipótese me pareceu sugestiva, logo de início, pela francofilia dos intelectuais brasileiros da época (inclusive Fernando de Azevedo), o que, aliás, transparece nos galicismos frequentes no texto do Manifesto.

Essa hipótese se completava com outra, a da existência de motivações socialistas no autor ou nos autores do Manifesto. Dentre os seus 26 signatários, podem ser tidos como socialistas: Roldão Lopes de Barros,⁶ Hermes Lima,⁷ Edgard Sussekind de Mendonça,⁸ e Paschoal Lemme.⁹ Fernando de Azevedo, por sua vez, atribui-se uma posição político-ideológica que enquadra o socialismo na sociologia positivista. Em suas palavras:

"Eu vinha lendo, desde que deixei a ordem religiosa, duas obras quase desconhecidas entre nós - as de Karl Marx e de Engels, de um lado, e a de Emile Durkheim, de outro. Aquelas sobre o Socialismo, e esta, sobre a Sociologia. Desde logo, percebi a natureza e a profunda diferença entre essas obras fundamentais: aquelas, as de Karl Marx, sobre o Socialismo, a luta de classes e a ditadura do proletariado, - e esta, a de Durkheim, sobre uma ciência nova, a Sociologia, desenvolvida na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Não havia dificuldade nenhuma, ao menos para mim, em distinguí-las: as de Karl Marx, levam a uma tomada de 'posição política', em face de suas análises, da estrutura social e econômica, e a de E. Durkheim, estabelece a natureza e os fundamentos de uma nova ciência, - a Sociologia, que, sendo uma ciência, não implicava nem podia implicar qualquer idéia ou atitude política. Rigorosamente fiel ao princípio, que impõe distinção fundamental entre ciência e ideologia, eu acabei tornando-me sob a inspiração de Karl Marx, um socialista, e, sob outras influências, - as de Durkheim, - sociólogo e um dos fundadores da Sociologia no Brasil. Minhas idéias socialistas, vindas de leituras e reflexões, tomaram novo

⁶ Esse futuro professor da Universidade de São Paulo, teve seu nome dado pelos estudantes ao Centro de Estudos Pedagógicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fernando de Azevedo diz ter sido ele um "socialista sentimental". (Azevedo, 1960b:148)

⁷ Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde conquistou uma cátedra em 1933, cargo que perdeu na ditadura estadonovista, vindo a recuperá-lo em 1946.

⁸ Ele veio a ser militante da Aliança Nacional Libertadora, o que deu motivo para sua prisão pela polícia política.

⁹ Apesar de dizer só ter aderido à "filosofia marxista" em 1933/34, ele era, antes disso, simpatizante do socialismo, cujas idéias eram já defendidas por seu irmão, militante comunista.

impulso com o convívio com estivadores, no cais do porto, no Rio de Janeiro. Nós, - eu então, conferente do Lloyd Brasileiro, e eles, estivadores, à mesma mesa, em horas de almoço. Eu percebia, então, com maior clareza a diferença de classes, - a riqueza enfatuada e egoísta, da burguesia, e a pobreza resignada e ainda quase sem protestos, da classe operária. E tornei-me então um socialista tão fiel às idéias políticas, quanto fiel aos princípios, objetivos e métodos de uma ciência, como a Sociologia, cujo ensino tanto contribuí para introduzir nas escolas normais, nas faculdades de filosofia e ciências e nas universidades do país." (Azevedo, 1971:210-211)

É uma auto-imagem surpreendente. Malgrado a junção de Emile Durkheim com Karl Marx, não há na obra de Fernando de Azevedo elementos inspirados no filósofo alemão, mas são abundantes as inspirações do sociólogo francês, justamente naquilo em que converge com o núcleo do pensamento conservador.

Lamentavelmente, faltou-me conhecer as razões que levaram Penna (1987:77) a afirmar que Fernando de Azevedo teria sido "profundamente influenciado" por Anatoly Lunatcharsky, um dos expoentes da educação soviética do período leninista.

*

Não tive sucesso na identificação das fontes dos termos em questão (redes primário-profissional e secundário superior; dualidade educacional articulada com a divisão social do trabalho) nos protagonistas estudados pelos principais livros de história da educação na França, desde a campanha desenvolvida pelos *Compagnons*¹⁰ até o ano em que o Manifesto foi divulgado. Também não tive sucesso na entrevista que mantive com Christian Baudelot, que se mostrou surpreso diante de minha pergunta sobre a fonte dos termos primário-profissional e secundário-superior, articulados à divisão social do trabalho. Disse-me que eles emergiram da observação direta dos dados recolhidos por ele e por Roger Establet, a respeito da educação escolar francesa.

Tampouco encontrei respaldo numa coletânea que reúne textos publicados entre 1919 e 1943, produzidos no âmbito da III Internacional em vários países europeus. (Lindenberg, 1972) Os textos franceses compreendiam os do Partido Comunista Francês e os da Internacional dos Trabalhadores do Ensino. Os textos que aí encontrei se dedicam, no que diz respeito às minhas indagações, a criticar a dualidade escolar expressa na segregação entre o ensino primário para as massas e o ensino secundário burguês. Um texto da ITE, de fevereiro de 1931, sobre as

¹⁰ Os *Compagnons* de L'Université Nouvelle eram ex-combatentes da guerra 1914/18 que se dedicaram à propaganda em prol da reforma do ensino, especialmente à difusão do "ensino primário superior" para as classes populares, como uma maneira de unir as "duas juventudes". Como desdobramento da atuação dos *Compagnons*, o Ministério da Educação formou uma Comissão da Escola Única, presidida por Ferdinand Buisson, em 1924, que se apressou em reconhecer o direito à "liberdade de ensino", para não suscitar a oposição da Igreja Católica.

celebrações organizadas pelo governo francês para o mês de junho, a propósito do cinquentenário da mais importante das reformas de Jules Ferry, dizia que a escola laica era, na verdade, uma escola de classe. Só na União Soviética haveria o esforço de abolir a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, e de pôr cada trabalhador em condições de conduzir a produção e a vida coletiva.

*

Para finalizar este texto, resumo abaixo as perguntas para as quais não encontrei respostas na leitura do Manifesto nem na bibliografia consultada:

1) Fernando de Azevedo foi o único redator do texto do Manifesto, incorporando idéias socialistas (na versão marxista) para torná-lo aceitável para os educadores de esquerda, ou o texto recebeu emendas de alguns dos signatários com quem foram discutidas as idéias, em primeira mão ? Dito de outro modo, o Manifesto teve co-autores passivos ou ativos ? Quem foram eles ?

2) Quem foi o autor da frase do Manifesto, seu signatário, que aponta a existência de dois sistemas escolares paralelos, o *primário-profissional* e o *secundário-superior*, que seriam instrumentos de estratificação social ?

3) Quais foram as referências comuns ao(s) autor(es) do Manifesto e a Baudelot e Establet, relativas à concepção dualista do sistema de ensino, qual seja, às redes *primário-profissional* e *secundário-superior*, voltadas para a formação "divorciada" dos trabalhadores manuais e dos trabalhadores intelectuais ?

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Fernando, 1931. Novos caminhos e novos fins - a nova política de educação no Brasil, São Paulo, Nacional.

-----, 1946. A educação e seus problemas, São Paulo, Nacional.

-----, 1954. Sociologia educacional. Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais, e suas relações com os outros fenômenos sociais, São Paulo, Melhoramentos.

- , 1960a. A educação na encruzilhada, São Paulo, Melhoramentos.
- , 1960b. Figuras do meu convívio, São Paulo, Melhoramentos.
- , 1964. A cultura brasileira, São Paulo, Melhoramentos.
- , 1971. História de minha vida, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Baudelot, Christian e Establet, Roger, 1972. L'école capitaliste en France, Paris, Maspero.
- Cunha, Luiz Antônio, 1980. A Universidade Temporã - o ensino superior da Colônia à Era de Vargas, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- , 1981. "A organização do campo educacional: as conferências de educação", Educação e Sociedade (Campinas), nº 9, maio.
- Cunha, Nóbrega da, 1932. A Revolução e a educação, Rio de Janeiro, "Diário de Notícias".
- Lemme, Paschoal, 1984. "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brasília), nº 150, maio/agosto.
- , 1988/89. Memórias, São Paulo/Brasília, Cortez/MEC-INEP, 3 vols.
- Lindenberg, Daniel (org), 1972. L'internationale communiste et l'école de classe, Paris, Maspero.
- "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brasília), nº 150, maio/agosto 1984.
- Penna, Maria Luiza, 1987. Fernando de Azevedo: educação e transformação, São Paulo, Perspectiva.